REQUERIMENTO Nº 06 /2023 - CMO

Requeiro, com fundamento no art. 15, inc. III da Resolução nº 1/2006-CN, a realização, por esta Comissão, de audiência pública com o tema "As Mulheres e o Orçamento", com o objetivo de discutir a governança orçamentária relativa às programações e políticas públicas para as mulheres, em face tanto da baixa visibilidade dos impactos de receitas e despesas orçamentárias sobre esse público quanto da necessidade de alinharmos as decisões alocativas às melhores práticas internacionais, particularmente as recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

A audiência pública deverá contar com os seguintes convidados:

- Dra. Rita Santos, Consultora de Orçamentos do Senado Federal e representante da Casa na Reunião Anual de Orçamento de Gênero da OCDE, ocorrida em junho de 2023;
- Sr. Pedro Marin, membro do Grupo de Trabalho sobre o Orçamento Mulher da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e representante da Fundação Tide Setúbal;
- Dra. Elaine Xavier, Diretora de Temas Transversais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento.
- Sr. Fabrício Marques Santos, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (CONSEPLAN)
- Sra. Scherie Nicol, membro da Divisão de Gestão e Orçamento do Comitê de Governança Pública da OCDE.



JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos três anos, em virtude de determinação do Congresso Nacional no âmbito das Leis de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo vem publicando o relatório anual "A Mulher e o Orçamento", com a incumbência de demonstrar os gastos federais com políticas para as mulheres e explicitar a metodologia de cálculo. A partir dessas informações, tem sido possível ao Poder Legislativo averiguar a baixa materialidade. transparência, transversalidade e desempenho programações voltadas para as mulheres, especialmente quando se deduzem dos totais os montantes que correspondem a políticas universais (vide, a esse respeito, a edição 47 da série *Orçamento em Discussão*, publicada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal). Tais achados confirmam problema há muito debatido entre os especialistas e interessados no orçamento público: a necessidade de se aprimorar a arquitetura da informação orçamentária e o próprio processo de tomada de decisões, de modo a reduzir o hiato hoje existente entre o desempenho das políticas públicas e os critérios de alocação de recursos.

Nesse contexto, o desafío de construir modelos e mecanismos para conferir maior alinhamento das políticas públicas e programações orçamentárias à perspectiva de gênero revela-se estruturante por duas razões. Primeiro, porque precisamos dar respostas a questões crônicas relativas à qualidade de vida das mulheres, especialmente as negras e de baixa renda, que em muitos lares são responsáveis também por crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência. Políticas públicas e orçamentos sensíveis a gênero têm forte efeito multiplicador, alcançando muito mais do que 52% da população brasileira. Segundo, porque



precisamos aprimorar a qualidade decisória extensiva a todas as políticas públicas: conforme preconizam as recomendações da OCDE sobre governança orçamentária e gênero, a melhor qualidade do gasto público depende de se conferir maior transversalidade e multissetorialidade às programações e de se promover governança orçamentária mais transparente e fundamentada em evidências.

A audiência pública ora proposta será uma oportunidade valorosa para aprofundarmos a discussão e coligirmos elementos para uma possível agenda de trabalho sobre os necessários aprimoramentos da governança orçamentária a partir da perspectiva de gênero, ouvindo-se especialistas do governo federal, das unidades da federação, da sociedade civil e da OCDE.

Sala da Comissão,

Senadora **DANIELLA RIBEIRO**PSD-PB